

TERRITÓRIOS RURAIS: PECULIARIDADES SOBRE O MUNICÍPIO DE DILERMANDO DE AGUIAR/RS

Paloma Tavares Saccol¹
Ligian Cristiano Gomes²
Ricardo Stedile Neto³
Mateus Pessetti⁴

RESUMO: O espaço agrário atual tem sido palco de diversos atores e agentes espaciais que (re) configuram o espaço geográfico de maneira dinâmica e impulsionam o desenvolvimento rural. Dessa forma, os Territórios Rurais, suas Dinâmicas e conflitos pode-se uma análise e obtém-se uma compreensão das transformações do espaço rural brasileiro, assim como as conflitualidade do campo. Nesse sentido, o presente artigo vai trazer uma reflexão das leituras, as quais foram discutidas em seminários e que contribuíram para o referencial teórico da pesquisa, porém outras leituras complementares foram significativas para construção do trabalho. Finalizaremos com alguns resultados da temática em estudo para a dissertação, a qual está baseada na agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS.

Palavras-chave: Espaço; Dinâmicas territoriais; Conflitos; Agricultura Familiar.

ABSTRACT: The present agrarian space has been the stage of several actors and space agents that (re) configure geographic space dynamically and boost rural development. In this way, the Rural Territories, their dynamics and conflicts can be analyzed and an understanding of the transformations of the Brazilian rural space, as well as the conflicts of the field. In this sense, the present article will bring a reflection of the readings, which were discussed in seminars and that contributed to the theoretical reference of the research, but other complementary readings were significant for the construction of the work. We will conclude with some results of the study topic for the dissertation, which is based on the family agriculture of Dilermando de Aguiar/RS.

Keywords: Space; Territorial dynamics; Conflicts; Family farming.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Email: palomasaccol1992@gmail.com

² Graduando do curso de Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Email: ligiangomes53@gmail.com

³ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria/UFSM
Email: rickstedile@gmail.com

⁴ Graduando do curso de Geografia pela Universidade de Passo Fundo/UPF
Email: mateuspessetti84@gmail.com

INTRODUÇÃO

O espaço agrário atual tem sido palco de diversos atores e agentes espaciais que (re) configuram o espaço geográfico de maneira dinâmica e impulsionam o desenvolvimento rural. Esse, por sua vez, tende a uma perspectiva de diferentes segmentos espaciais e sujeitos envolvidos.

Dessa forma, os Territórios Rurais, suas Dinâmicas e conflitos pode-se uma análise e obtém-se uma compreensão das transformações do espaço rural brasileiro, assim como as conflitualidade do campo. As relações de produção e de trabalho na agricultura, juntamente com as diferenciações dos sistemas agrários, no espaço e no tempo.

Nesse sentido, o presente artigo vai trazer uma reflexão acerca de leituras, as quais foram realizadas e que contribuíram para o referencial teórico da pesquisa, porém outras leituras complementares foram significativas para construção do trabalho. Finalizaremos com alguns resultados da temática em estudo, a qual está baseada na agricultura familiar de Dilermando de Aguiar/RS.

Nesta perspectiva, o interesse geográfico pelo estudo do meio rural desenvolveu-se de forma bastante particular e alcançou um papel de destaque no contexto da ciência geográfica. De acordo com essas palavras, nota-se que a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era a rural, a ênfase nos estudos rurais foi de certa forma, natural (ALVES, 2016).

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Porém não podemos analisa-la somente por essa visão, de acordo com Fernandes (2008, p. 02)

[...] esses conflitos por serem territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário devem ser analisados de forma crítica para compreender suas contribuições e limites. Ressalta-se que a conflitualidade é uma característica marcante da Questão Agrária, é um processo de enfrentamento das contradições do sistema capitalismo.

Enfatiza-se ainda Fernandes (2008, p. 06) quando ele comenta sobre a conflitualidade

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento.

Assim, a agricultura camponesa inserida nessa Questão Agrária promove a luta pela terra, já a agricultura capitalista, mais conhecida como agronegócio procura destruir o campesinato, através dos conflitos pela própria terra.

Dessa forma, o Estado se torna um importante elemento no processo de desenvolvimento do capital. Essa entidade tem assumido ao longo do processo de evolução capitalista, diferentes formas de intervenção na relação entre capital e trabalho. Assim, a consolidação e intervenção do Estado tem sido necessária em todas as fases de evolução do capitalismo e do capital nos âmbitos político, econômico, social e espacial (ALENCAR; MENEZES, 2009).

Percebe-se que o agronegócio recebe muito mais investimentos do que o campesinato, ou seja, para o Estado o agronegócio é quem move o país através do capitalismo. Os camponeses sempre foram marginalizados em detrimento dos grandes proprietários gerando uma massa de pobres tanto no espaço urbano quanto no espaço rural.

Salienta-se que as políticas públicas continuam a ter um enfoque setorial com duas vertentes distintas: uma voltada para a agricultura familiar e outra com ênfase no agronegócio. A primeira é uma tentativa do Estado, através de orientações de agências públicas e de capital misto, a exemplo do Banco Mundial, de promover a reprodução do capital, inserindo o camponês no mercado com a denominação de agricultor familiar. Para isso, desenvolvem Programas que através do crédito, busca a modernização da agricultura familiar, tornando-a competitiva para o mercado (ALENCAR; MENEZES, 2009)

Nesta perspectiva, Alencar e Menezes (2009, p. 139) comentam que

No Brasil, a concepção de “agricultura familiar” presente nas políticas públicas vigentes, tem no PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- a experiência desse modelo de política agrícola. Este toma como base a concepção de agricultura familiar típica das Regiões Sudeste e principalmente Sul do país, inadequada para grande parte das regiões Norte, Centro-Oeste e especialmente Nordeste. Tal inadequação dá-se, principalmente, pelo fato de grande parte dos agricultores familiares das regiões referência do programa se encontrarem em um nível de organização mais avançado que os agricultores do Norte e Nordeste do país, o que pressupõe demandas diferenciadas.

O PRONAF, então se transformou em uma política que se baseou no desenvolvimento local com enfoque no desenvolvimento territorial. Percebe-se que essa política não traz importância para os camponeses, pois ela excluiu esses agricultores não incentivando suficientemente a saírem da pobreza e das condições de exclusão. Portanto, o PRONAF é uma política que mascara a Questão Agrária.

Neste contexto, o capital se apropria de grandes propriedades do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da soja, da pecuária de corte, deixando de lado os camponeses e agricultores familiares, porém quando o capital chega nessas propriedades ele esmaga as mesmas, pressionado para que esses indivíduos abram mão de seus estabelecimentos, para que se consiga ter o tão sonhado desenvolvimento capitalista.

As transformações ocorridas no mundo nos últimos anos nos mostram que o capitalismo adquiriu novos padrões de acumulação e exploração. O estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. De acordo com Oliveira (1999, p. 73)

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo).

A agricultura brasileira sempre sofreu transformações alterando suas fontes de crescimento. Mas foi com essas transformações que a produtividade da terra e do trabalho passou a fazer parte da dinâmica de crescimento do setor agrícola. A partir de meados da década de 1960 até o final da década de 1980, a modernização da agricultura serviu como uma estratégia de desenvolvimento, com a expansão do crédito rural subsidiado à aquisição de equipamentos e insumos modernos (CONCEIÇÃO; CONCEIÇÃO, 2014).

A estrutura fundiária brasileira já nasceu sob o domínio da grande propriedade rural. Salienta-se que as características predominantes na economia brasileira sempre foram: a grande propriedade, a monocultura, a mão-de-obra cativa, a produção para exportação e a destruição dos recursos naturais.

Desta forma, esse processo contribuiu para a consolidação do setor de insumos modernos, que se desenvolveu na expansão da área plantada, dos incentivos à utilização de agrotóxicos, do incremento do volume de crédito seletivo e da dinamização das exportações agrícolas, favorecidas por um mercado externo francamente em expansão.

Os processos de colonização e ocupação do país resultaram que grandes porções do território brasileiro fossem distribuídas entre poucos privilegiados, por meio da doação de terras. Esse caráter concentrador propiciou o desenvolvimento da grande lavoura monocultora e mercantil, entretanto, essa forma de organização do espaço agrário esteve desde o início associada à agricultura de subsistência, onde os gêneros produzidos eram destinados a abastecer as famílias produtoras e os trabalhadores das grandes fazendas. Segundo Lamarche (1998, p.179), “A agricultura familiar foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, com suas três grandes características: a grande propriedade, as monoculturas de exploração e a escravatura”.

O setor agropecuário familiar exerce papel fundamental na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Ele também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário local regional, mas do próprio país. Nas últimas décadas a agricultura familiar vem sendo objeto de atenção das políticas públicas.

Entretanto, a agricultura familiar com a sua evolução pode se desenvolver melhor através da multifuncionalidade do território. Salienta-se que o rural não está alheio às transformações do capitalismo, mas busca recriar e integrar novas lógicas, como o desenvolvimento da pluriatividade, a introdução de atividades não agrícolas. De acordo com essa afirmação Sacco dos Anjos e Caldas (2009, p. 32) comentam que

A multifuncionalidade tem a ver com o reconhecimento de que a agricultura é capaz de produzir externalidades positivas para a sociedade, assumindo, como o nome indica inúmeros papéis (preservação do patrimônio cultural e paisagístico, conservação dos recursos naturais, etc.), mais além da produção agropecuária *stricto sensu*.

Vemos que a pluriatividade e a multifuncionalidade chamam nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. É nesse contexto que, devemos produzir novos conhecimentos sobre o rural e entender o fenômeno da pluriatividade como uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, como uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais.

Assim, essa “nova realidade” presente no campo brasileiro fruto, justamente do atraso estrutural do campo brasileiro, que faz com que parte expressiva dos agricultores familiares permaneça como produtor de subsistência em condições de pobreza acentuada, e também da crise que se abateu sobre o setor nos anos 1990, que fez regredir à condição de pobres do campo uma expressiva quantidade de pequenos produtores (ALENTEJANO, 2003).

Alentejano (2003) destaca que o desenvolvimento da pluriatividade na Europa foi resultado do amplo apoio estatal à agricultura familiar, enquanto que

no Brasil, até o momento, decorre da ausência deste apoio, o que significa dizer que o desenvolvimento de uma forte política pública de apoio ao vasto contingente de produtores familiares descapitalizados ou sem capitalizados existente no Brasil poderia gerar inclusive um efeito multiplicador de empregos rurais não agrícolas, não de baixa qualidade como os atuais, mas de alta qualidade como os europeus.

Assim, no caso brasileiro, os principais obstáculos ao desenvolvimento rural de base local seriam a falta de confiança dos agricultores em sua própria capacidade a ingerência política, a resistência das prefeituras que veem esses espaços como concorrentes do executivo, a baixa participação da sociedade civil, principalmente jovens e mulheres, e a limitada capacidade dos técnicos para lidar com esses novos canais de participação (ALENTEJANO, 2003).

Para Abramovay, visto como mera base territorial para a atividade, o meio rural não escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural: “Construir novas situações propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica.” (ABRAMOVAY, 1999, p. 17).

Assim, devemos considerar o rural como algo vivo e em transformação e contribuir decisivamente para seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva que tenha a agricultura como centro deste processo, mas não se limite a ela, antes busque explorar as diversas potencialidades oferecidas pelos territórios.

Da mesma forma, deve considerar a possibilidade de incorporar diferentes segmentos da sociedade, inclusive trabalhadores urbanos, superar preconceitos arraigados e injustificados que sustentam a ideia de que a trajetória rural-urbana é natural e sinônimo de evolução social, ao passo que a trajetória inversa sequer é admitida (ALENTEJANO, 2003).

A AGRICULTURA FAMILIAR DE DILERMANDO DE AGUIAR/RS

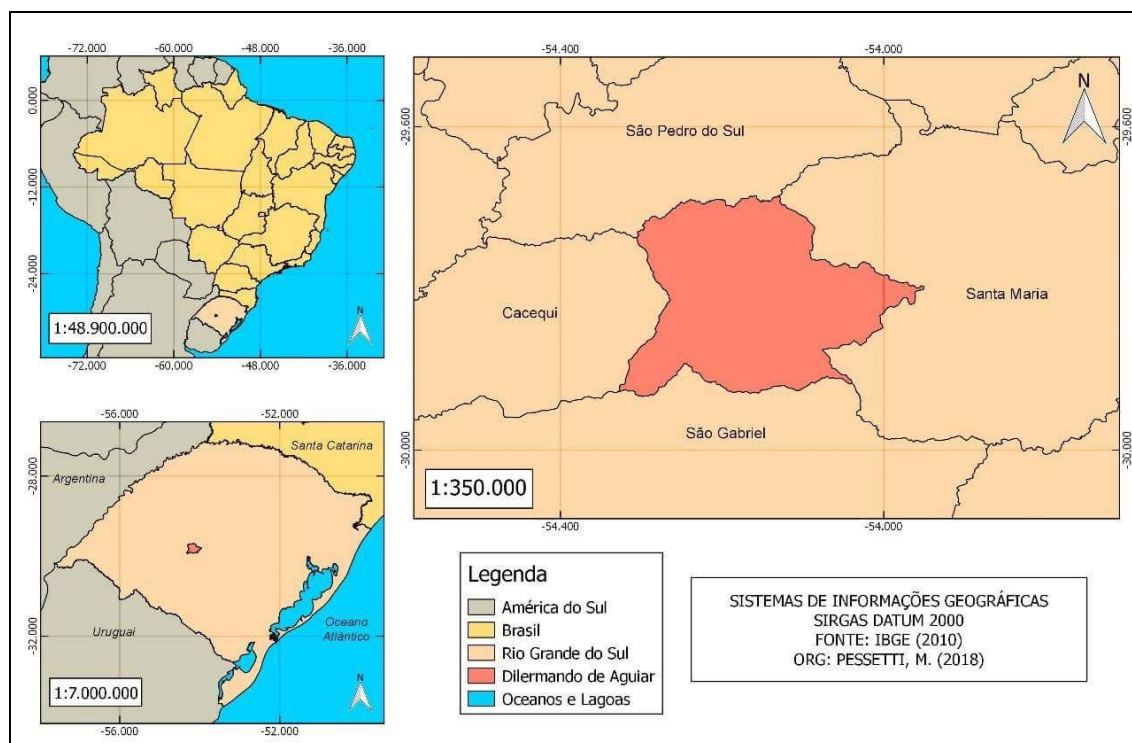
A agricultura familiar exerce papel fundamental na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o autoconsumo. Ela também contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a

economia não só do setor agropecuário local/regional, mas do próprio país. Nela desenvolvem-se sistemas complexos de produção combinando várias culturas, criações de animais e produções primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado. Pode ser compreendida como uma grande estratégia para o desenvolvimento, uma vez que busca dinamizar a atividade agropecuária.

As propriedades familiares oferecem oportunidades para os filhos de agricultores permanecerem no campo, por terem sistemas mais intensivos e diversificados de produção. Há agricultores que encontram dificuldades de se manterem na propriedade rural, por isso muitos optam pela pluriatividade ou então pelo êxodo rural dos filhos como estratégias de sobrevivência.

Dilermando de Aguiar (MAPA 1), assim como o Rio Grande do Sul apresenta sua matriz econômica alicerçada e dependente das atividades agropecuárias. Desse modo, a sua organização espacial é decorrente das distintas formas de utilização da terra.

Mapa 1: Localização do Município de Dilermando de Aguiar/RS



Org: PESSETTI, M. (2018).

Na unidade territorial em estudo predomina as lavouras comerciais de soja e arroz. As lavouras permanentes são pouco expressivas se comparadas com as lavouras empresariais. Apesar do Município apresentar o predomínio da agricultura familiar os produtores rurais desenvolvem poucas culturas nas lavouras permanentes, sendo as mesmas utilizadas somente para o consumo. Os agricultores entrevistados alegam que o retorno da produção dos cultivos permanentes não é imediato como ocorre com as lavouras temporárias, sendo esta a principal razão de não serem estimulados a investirem nas mesmas.

No que diz respeito às lavouras temporárias essas apresentam grande valorização comercial o que serve de estímulo para os proprietários rurais. Justifica-se essa valorização pela expansão, principalmente, das lavouras de soja e arroz mediante a demanda crescente no mercado e o significativo retorno financeiro obtido com a sua comercialização.

A estrutura fundiária de Dilermando de Aguiar é diversificada. De acordo com o trabalho de campo 80% é constituído por pequenos estabelecimentos de 0 até 88 hectares, nos quais se encontram uma policultura. No entanto, nos estabelecimentos rurais maiores que 88 hectares, a tendência é para a monocultura, principalmente, de soja, arroz, ou então para o desenvolvimento da pecuária de corte.

É importante destacar que Dilermando de Aguiar, por ter sua economia alicerçada no espaço rural, busca o seu desenvolvimento por meio de novas alternativas agropecuárias. Estas têm por finalidade diversificar a matriz produtiva local e agregar valor aos estabelecimentos rurais. Em função disso, o município está promovendo novas iniciativas para os produtores rurais, apresentando, alguns projetos (em fase de construção), como, por exemplo, programas da piscicultura e ovinocultura.

Segundo informações, esses programas estão sendo incentivados pela Secretaria de Agricultura e EMATER, onde se procura agregar produtores que tenham interesse de diversificar suas propriedades e buscar maior renda financeira. Na ovinocultura estão sendo construídos galpões nas propriedades para a criação dos ovinos. Salienta-se que estão sendo disponibilizados financiamentos para a construção dos mesmos, onde os produtores têm acesso ao crédito. A piscicultura encontra-se numa fase muito recente, ou seja,

está sendo apresentada aos produtores para verificar o grau de interesse dos mesmos e as condições para sua execução.

Paralelamente, na unidade territorial em estudo, há a presença de duas agroindústrias. Uma é denominada como Sabor Natural, situada na localidade de Sobradinho, na qual são produzidas compotas de doces em geral. E a outra é a Sepé Tiarajú, localiza em Biscaí, a qual utiliza a mandioca como produto básico e tem como finalidade o descascamento para fins comerciais.

Na agroindústria Sabor Natural, os produtores que fazem parte do grupo plantam os cultivos que serão utilizados para a produção das compotas, muitos possuem pomares com frutas como pêsego e laranja e ainda cultivam abóbora para a produção de geleias. Nessa agroindústria as mulheres rurais se reúnem para a produção dos doces sem dias específicos.

A agroindústria Sepé Tiarajú trabalha com o descascamento de mandioca, e tem uma parceria com a Cooperativa de Agricultores Familiares de Santa Maria (COOPERCEDRO), a qual se responsabiliza por gerenciar todas as atividades e custos, viabilizado pela prefeitura através de apoio de assessoria técnica. Atualmente o beneficiamento da matéria prima está sendo realizado por cerca de 10 pessoas residentes próximas ao local, as quais se beneficiam agregando renda às suas famílias. O produto final está sendo comercializado em mercados e por encomenda no município. Também é vendido para a alimentação escolar de Dilermando de Aguiar e Santa Maria, além de outros restaurantes e estabelecimentos comerciais.

Outro incentivo no município é o programa da bacia leiteira, a qual conta com 18 produtores sendo que, 11 entregam para a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), onde o leite é buscado nas residências, e os outros 7 produtores realizam comercialização nas suas residências, vendendo para os vizinhos e produzindo queijo. Salienta-se que, todos os produtores de leite fazem pastagem para um melhor rendimento dos bovinos. Apesar de essa alternativa possuir 15 anos no município ela não tem perspectiva de ampliar, pois o êxodo rural, o envelhecimento da população e os preços pagos pelo produto não incentivam o seu maior desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que Dilermando de Aguiar, por ter sua economia alicerçada no espaço rural, busca o seu desenvolvimento por meio de novas alternativas agropecuárias. Estas têm por finalidade diversificar a matriz produtiva local e agregar valor aos estabelecimentos rurais.

Ressalta-se ainda que a agricultura familiar de Dilermando de Aguiar é diversificada, porque não possui apenas um tipo de lavoura, como ocorre nos grandes estabelecimentos. A maioria de seus cultivos é destinada para a alimentação familiar e apenas o excedente é direcionado à comercialização, que acontece, muitas vezes, entre vizinhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA, 4., Porto Alegre, jun. 1999.

ALENCAR, Maria Tereza; MENEZES, Ana Virgínia Costa de. Ação do Estado na produção do espaço rural: transformações territoriais. **Campo-Território** v.4, n.8, p.121-147, ago. 2009.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. p.25-39. **Terra Livre**. n. 21, 2º sem. 2003.

ALVES, F. D. História da geografia agrária brasileira: Nilo Bernardes. **RA'EGA**, Curitiba, v.36, p.69 - 91, abr.2016.

CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da; CONCEIÇÃO, P. H. Z. da. **Agricultura**: evolução e importância para a balança comercial brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 36 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1998. 336 p.

OLIVEIRA, A. U de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia**. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A propósito do debate sobre pluriatividade e multifuncionalidade na agricultura: o surgimento de uma nova formação discursiva. **THEOMAI**. v. 2, n. 20, p. 22-33, 2009.